



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Doutorando em economia da FGV EESP, mest em economia na FEA-USP, é diretor da L Consultores e pesquisador-associado do FGV Ib



O que o Brasil ganha ao desmatar menos

Área poupada entre 2023 e 2026 supera o território de Sergipe

Os dados de desmatamentos do Prodes/Inpe divulgados há alguns dias merecem mais atenção dos economistas do que costumam receber. Entre agosto de 2025 e julho de 2026, o desmatamento na Amazônia Legal brasileira somou 3,3 mil km², o menor valor da série iniciada em 1988 e 71% abaixo dos 11,6 mil km² de 2022. No Cerrado, os 5,5 mil km² também correspondem à mínima histórica: queda de 48% em quatro anos.

Há quase quatro anos, estimei que a escalada dos desmatamentos em 2019-22 havia custado ao mundo cerca de US\$ 238 bilhões (R\$ 1,22 trilhão à época), valorando as emissões adicionais de gases de efeito estufa geradas por esses desmatamentos pelo chamado CSC (Custo Social do Carbono). Em estudo recém-publicado no blog

do Ibre, atualizei o exercício para 2023-26, período de retomada do PPCDam (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) e da fiscalização do Ibama.

Admitindo que, sem a guinada na política ambiental, o desmatamento teria repetido a média observada em 2019-22 (19,7 mil km² ao ano nos dois biomas) -hipótese conservadora, pois a tendência era de alta ao longo daqueles quatro anos-, a área poupada em 2023-26 chega a 22,3 mil km², mais do que o estado de Sergipe. Isso, por sua vez, evitou a emissão de cerca de 1,49 bilhão de toneladas de gases de efeito estufa -montante que equivale a 70% de todas as emissões brutas do Brasil em 2024 e mais do que o Japão emite em um ano.

Para valorar esse volume, utilizei estimativas mais recentes para o chamado CSC. Estimo que essa redução de desmatamentos gerou um ganho (dano evitado) para a economia mundial de cerca de US\$ 216 bilhões (R\$ 1,16 trilhão) -praticamente o espelho, com sinal trocado, do prejuízo de 2019-22.

E quanto disso fica aqui? Algumas estimativas apontam que o Brasil arca com cerca de 6% do dano global de cada tonelada de gás de efeito estufa emitida -bem acima de sua fatia nas emissões mundiais, por ser um país quente e dependente de atividades sensíveis ao clima (tais como agropecuária e geração de eletricidade). Isso implica um ganho local situado entre R\$ 67 bilhões a R\$ 192 bilhões, em termos de danos evitados (safras, estresse térmico,

eventos extremos), que não aparecem em nenhuma estatística econômica tradicional (como o PIB).

Mesmo esse número subestima o valor da floresta em pé, pois ignora o fenômeno dos “rios voadores”, que explica parte relevante das chuvas no Centro-Sul do país. Em artigo escrito por Jessica Baker na revista Nature, foi calculado que a chuva gerada pela Amazônia brasileira vale cerca de R\$ 100 bilhões ao ano -R\$ 300 por hectare, dez vezes o valor gerado pela produção madeireira. Só a chuva preservada pelos 2,1 milhões de hectares poupados em 2023-26 vale R\$ 22 bilhões a valor presente -um piso, pois a relação deixa de ser linear perto do chamado “ponto de inflexão”, do qual já estamos próximos.

Há três motivos para não nos

acomodarmos. Primeiro, a maior parte desse benefício segue sem remuneração adequada: Fundo Amazônia, TFFF e mercados regulados de carbono (o SBCE brasileiro e o Artigo 6 do Acordo de Paris, que permitirá que o Brasil exporte créditos de carbono para outros países) ainda movimentam uma pequena fração dos valores aqui estimados; e o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), regulamentado só em junho, é o instrumento para monetizar os serviços que geram benefícios para os próprios brasileiros. Segundo, os ganhos são reversíveis, como 2019-22 bem mostrou. Terceiro, com o desmatamento nas mínimas, novas reduções relevantes de emissões terão de vir de energia, transporte, agropecuária e resíduos.



CONTA DIGITAL
MEI

Mais que uma conta, um Banrisul de possibilidades.

ABRA SUA CONTA PELO APP.



banrisul
empresas

Licença ambiental para a CMPC é a maior já concedida pela Fepam

/ INDÚSTRIA

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

A multinacional chilena CMPC recebeu na sexta-feira a licença ambiental prévia para a construção de uma fábrica de celulose em Barra do Ribeiro, no Centro-Sul do Estado. A entrega do documento ao diretor-geral da CMPC no Brasil, Antonio Lacerda, ocorreu no Palácio Piratini, com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e do governador gaúcho Eduardo Leite.

Com investimento estimado em R\$ 27 bilhões, o Projeto Natureza, da CMPC, é considerado o maior empreendimento privado já anunciado no Rio Grande do Sul. E, além da fábrica com capacidade de produzir 2,5 milhões de toneladas de celulose por ano, inclui um terminal de celulose no porto de Rio Grande e aportes em infraestrutura logística e preservação ambiental como contrapartida.

“Essa é a licença de maior porte já emitida pela Fepam”, afirmou o presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental do RS, Renato das Chagas. Segundo ele, os prazos legais foram cumpridos. “Fizemos isso nesse empreendimento e em todos que tivemos para licenciar”, acrescentou. O processo foi acompanhado por meses de discussões técnicas, políticas e judiciais. Entre os pontos que retardaram a liberação estava a análise do componente indígena, conduzida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), além de questionamentos sobre a abrangência dos estudos relativos aos impactos do empreendimento nas comunidades indígenas.

A cerimônia, inclusive, ocorreu em meio a manifestações contrárias ao empreendimento em frente ao Piratini. O grupo, que podia ser ouvido do interior do edifício, foi mencionado por Leite após questionamento de jornalistas. O governador afirmou que os manifestantes representavam um contingente “muito peque-



Geraldo Alckmin e Eduardo Leite participaram da cerimônia no Piratini

no” em comparação com o número de apoiadores do projeto.

Lacerda atribuiu a emissão da licença à articulação entre diferentes esferas de governo e setores políticos. “Os políticos do Rio Grande do Sul se reuniram, talvez não pela

primeira vez, mas como não acontecia há tempos. Houve uma coalizão política para que esse projeto desse esse passo importante que é a licença prévia”, afirmou. O executivo também destacou o acompanhamento mensal do Projeto Natureza

por um comitê gestor liderado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico. Para ele, esse modelo de coordenação deveria ser adotado por outros estados. Lacerda ressaltou ainda os efeitos esperados para a Região Sul, com a geração de empregos, a movimentação da economia e o aumento da arrecadação tributária.

Enquanto isso, Leite lembrou a viagem ao Chile em 2019, quando buscou atrair investimentos para o Rio Grande do Sul. Segundo o governador, naquela ocasião o governo estadual se comprometeu a criar as condições necessárias para que a CMPC ampliasse sua presença no Estado. Entre as medidas citadas por Leite estão alterações no zoneamento da silvicultura e avanços nos processos de licenciamento ambiental. O governador também mencionou o acordo firmado com a empresa que prevê abatimentos tributários condicionados a investimentos em infraestrutura na região do empreendimento.